

Transcrição Just Talk #38: Dia da Memória do Poder Judiciário

Tais: Olá! Começa agora mais um Just Talk, o Podcast do TJES. E no próximo dia 10 de maio é celebrado o Dia da Memória do Poder Judiciário em todo o país. A data foi instituída pelo CNJ para fomentar ações de conservação de arquivos e documentos pelos tribunais, ajudando na preservação da história do Brasil. Eu sou Tais Valle e pra explicar esse assunto, convido o Coordenador de Gestão da Informação Documental, Fábio Buaiz Lima e o juiz Getúlio Neves, que integra a Comissão de Memória do Poder Judiciário Estadual.

Tais: Seja bem vindos ao nosso Podcast. Primeiro eu vou falar com o Dr. Getúlio, pra saber, por quê o dia 10 de maio foi o escolhido para celebrar a Memória do Poder Judiciário?

Getúlio: O dia 10 de maio foi escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça como Dia da Memória do Poder Judiciário, porque é o dia de instalação da Casa de Suplicação no Brasil em 1808 por Dom João IV, quando da transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com essa transferência e o Rio de Janeiro passando a ser na prática a capital do reino, foram instalados diversos órgãos da administração, entre eles órgãos judiciários, e a Casa de Suplicação, que era a última instância recursal, passou a funcionar então nesse dia 10 de maio, juntamente com outros tribunais, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordem, o Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Tais: Agora, Fábio, no Judiciário do Espírito Santo existem 3 centros de preservação da informação que são a Biblioteca Homero Mafra, o Centro de Memória e o Arquivo Central. Dá pra falar um pouquinho sobre eles? Começando pela Biblioteca, qual a importância desse espaço para a sociedade?

Fábio: A biblioteca Homero Mafra fica situada aqui na sede do TJES, na Enseada. É aberta ao público de meio dia às 19 horas, e nesse período de pandemia ela está fechada. É uma biblioteca jurídica, ou seja, contempla os livros na área de direito, em todas as áreas, seja direito ambiental, direito civil ou direito penal, todos são contemplados aqui dentro da biblioteca.

Aqui temos uma coleção de livros de leis federais, desde 1808, possuímos também coleção de leis do governo do estado a partir de 1828. Possui também coleções de leis do governo do império desde 1834, além de uma coleção de 15 livros de sermões do padre Antônio Vieira, também muito interessante.

A biblioteca, antes de ter o Diário da Justiça, diário que foi de 1994. Até então as publicações do Tribunal eram feitas no Diário do Estado, e essas publicações no Diário do Estado foram sendo encadernadas pelo pessoal da biblioteca, guardado recortes para não se perder, e temos todas essas publicações antigas, que eram do Poder Judiciário publicado no Diário do Estado, disponível aqui para pesquisa também.

Hoje, mais recentemente, temos uma biblioteca online que vem facilitar a pesquisa de magistrados, servidores e estagiários, que com a própria senha eles entram no sistema, que se encontra na intranet, nesse sistema pode-se fazer busca de jurisprudência, de revistas técnicas jurídicas, de livros e sempre tá sendo atualizado. Nossas atualizações são colocadas ali e aí todos têm acesso a elas.

Tais: O Centro de Memória, que também fica na sede do Tribunal, desde que foi inaugurado em 2015, já recebeu estudantes de direito de todo o estado. Lá tem artigo escrito por Ruy Barbosa, Processos de 1890, antigas urnas de Tribunal do Júri.... Que outras preciosidades a gente encontra por lá, Fábio? Como é que esses objetos podem contar a história da Justiça? Como as unidades Judiciárias podem contribuir pra esse acervo?

Fábio: O centro de memória é uma área na sede do TJES, na Enseada, que temos nós, como objetivo, reunir, organizar, conservar e até restaurar para produzir conteúdos a partir de uma memória institucional, temos bens materiais e temos também documentações e processos.

Os bens materiais, nós destacamos os objetos imobiliários. Os mobiliários que existem hoje dentro do centro de memória, tem o salão do júri de Colatina, que passou por uma enchente e depois nós resgatamos isso de lá e fizemos uma restauração nesses móveis aqui mesmo dentro do Tribunal, dentro das nossas possibilidades, e colocamos exposto. O antigo salão nobre também, seus móveis, sofás, poltronas, espelhos, relógios, também estão expostos dentro do Centro de Memória do TJES. Alguns armários de becas antigas que eram usados pelo pleno também estão dentro do centro de memória.

Podemos destacar alguns objetos, as urnas de madeiras manuais que eram usadas para seleção de júri e jurados e para sorteio, temos duas aqui. Temos algumas máquinas de datilografia, armários mais antigos e além disso temos documentações e processos, desde o livro da instalação do TJES, que tem a ata de instalação de 1891, assim como códigos de organização e alguns regimentos antigos. E também as comemorações de 100 anos do tribunal, tudo isso catalogado dentro do centro de memória.

O centro de memória é aberto à visitação, não só por agendamento por escolas particulares que quiserem vir, pesquisadores, a gente acompanha a visitação. E também temos buscado, em termos de processos, trazer alguns processos mais antigos de algumas comarcas, que são mais emblemáticas, históricas inicialmente. Trouxemos inicialmente a comarca de Santa Leopoldina, que é uma comarca antiga, de suma importância, que tem processos que contam muito da história do Estado e que estamos catalogando todos os processos, um a um, para poder colocar disponíveis depois para historiadores e quem quiser.

Esse acervo vem das comarcas, e aí os servidores do Poder Judiciário, magistrados e estagiários que detectarem peças antigas, elementos antigos, mobiliários antigos, podem estar entrando em contato com a coordenadoria de gestão documental, comigo, que a gente vai providenciar o recolhimento desse material na comarca e trazer para o centro de memória.

Tais: E o Arquivo Central? Onde ele fica? Que tipo de documento ele preserva?

O arquivo central aqui do estado abrange as comarcas da capital, Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Os outros arquivos estão nas próprias comarcas. Então os de Guarapari estão em Guarapari, os de Mucurici estão em Mucurici e assim por diante.

Todos os processos da Grande Vitória estão nesse arquivo central, que fica na Serra. Ele preserva todos os arquivos desde o início do TJ e que tá aberto também a historiadores, que precisam entrar em contato com a Comissão Permanente de Avaliação Documental, a partir daí preenche um formulário mostrando seu interesse na pesquisa e nós vamos ter o maior prazer em recebê-los. Serão acompanhados pelos arquivistas do Tribunal, hoje nós temos dois arquivistas, o Adelair e o Tadeu, além dos funcionários que trabalham lá e os estagiários.

Nos arquivos das comarcas quem coordena todos os arquivos é a Coordenadoria de Gestão Documental. Tenho um levantamento por foto de todos os arquivos e em todos os arquivos temos processos históricos. Nós estamos trazendo todos aqui para o TJ e serão catalogados aqui mesmo e colocando todos planilhados para depois facilitar pesquisas futuras.

Tais: Dr. Getúlio, recentemente o TJES criou uma Comissão de Memória do Poder Judiciário atendendo a uma recomendação do CNJ para todos os tribunais, e o Sr. integra esse grupo. Além das ações pra preservar arquivos físicos, vocês têm o desafio de levar essa memória institucional também para o mundo virtual? Como andam os trabalhos?

Getúlio: O Conselho Nacional de Justiça determinou que se cuidasse bem da memória institucional do Poder Judiciário, que faz parte da memória coletiva do povo brasileiro, de uma maneira geral. Nesse sentido então determinou que fossem criadas nos tribunais comissões de gestão de memória, e o TJES criou sua comissão de gestão de memória, que é coordenada, presidida pelo desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, que é o nosso vice presidente, e é composta por um juiz de direito, no caso sou eu, pelo coordenador de gestão documental e por outros servidores do Tribunal de Justiça.

Tem a função então de cuidar dessa parte de memória, não só memória institucional do Poder Judiciário do Espírito Santo, mas também da memória da comunidade e da coletividade, que é guardada ou que foi tratada e influenciada pelo PJES. Nesse sentido, então, a comissão de memória vai integrar os centros produtores de informação do Poder Judiciário do ES, que são, em primeiro lugar, o arquivo judiciário, a biblioteca do TJES e o nosso centro de memória, que funciona no Tribunal de Justiça.

Tem a previsão de criação de uma página acoplada ao site do TJES, um portal de memória, e nós já estamos trabalhando nisso, estamos selecionando material para constar desse portal, principalmente processos históricos que estamos levantando, trabalhos de pesquisadores sobre o Poder Judiciário do ES de maneira geral. A página está em elaboração e pretendemos o mais rápido possível, colocar a disposição do público pela internet, para que assim a nossa memória, não só do Tribunal de Justiça, mas a memória do Espírito Santo, que está a cargo do Poder Judiciário, possa ser divulgada amplamente para a população.

Tais: Muito obrigada Dr. Getúlio! Muito obrigada Fábio! Lembrando que no próximo dia 18 o CNJ vai realizar o Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, com profissionais das áreas de História, Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia, compartilhando boas práticas realizadas em todo o país.

E você que está em casa, que tema você quer ouvir aqui no Podcast? Manda sua sugestão pra gente pelas redes sociais. É @tjesoficial. Até o próximo episódio. Tchau Tchau.